O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMMISSÃO ARCHEOLOGICA

INDIA PORTUGUEZA

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Alberto Osorio de Castro.
Capitão José Augusto Alves Roçadas.
J. A. Ismael Gracias.

SUMMARIO

Do 3.º numero

I — FORTALEZAS, FORTES E OUTRAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUEZAS NA ASIA, pelo capitão *Roçadas*.

II — A INDIA EM 1623-1624, por *J. A. Ismael Gracias*.

III — UMA INSCRIPÇÃO ANTIGA (traducção d'um artigo do *Times of India*).

IV — CAMARAS AGRARIAS E COMMUNIDADES AGRICOLAS (continuação), por *J. M. do Carmo Nazareth*.

V — COLLEGIO OU HOSPICIO DO MONTE DE GUIRIM, pelo Pe. *Gabriel de Saldanha*

VI — GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA (continuação do numero antecedente), por *J. M. do Carmo Nazareth*.

FORTALEZAS, FORTES E OUTRAS FORTIFICAÇÕES PURTUGUEZAS NA ASIA

Em fins de abril do anno de 1498, depois de ter sahido do dedalo immenso de nevoeiros, correntes, ventos e tempestades que, na travessia do canal de Moçambique, esteve a ponto de fazer abortar a grandiosa empreza, V. da Gama aportava a Melinde, onde recebia, podemos assim dizer, as primicias do Oriente que procurava.

Em maio chegava a Calicut e, depois de varios conflictos promovidos pelo ciume dos negociantes mouros, retirava para o reino, navegando ao longo da costa do Malabar de volta a Melinde por Cananore. A 40 ou 50 leguas d'esta cidade, sobrevcio grande calmaria. O piloto indigena que levava a bordo, aconselhou o regresso a Cananore. O capitão-mór, porém, replicara que era deshonroso voltarem para traz, por isso que — *E' cousa de gente que não sabe navegar.* Então o piloto disse: — «*Não tornaremos a Cananor, mas iremos á primeira terra e iremos estar em uma ilha perto da terra, que tem bom porto em que ha boa agua e lenha; amparada de todos os ventos, onde estaremos muito bem até que tenhamos monção*».

De facto, a 24 de novembro (1) entrava na enseada de Angediva onde se conservou até 10 de dezembro.

(1) Setembro dizem alguns auctores.

Fica esta ilha situada em frente da costa do Canará, 4 kilometros a sul de Baticalá, no antigo reino de Garçopa, hoje região do Karwar, a 14°45' Lat. N. e 74°10' Long. L. Greenwich e a 70ᵏ ao sul de Nova Goa.

De configuração irregular e aspecto montanhoso, terá de comprimento 1300 metros de noroeste a sudeste, o de largura 300 de nascente a poente.

De costa brava e inaccessivel em quasi todo o seu contorno, coberta de arvoredo em grande extensão, sobretudo na parte voltada para o continente; dotada de boa agua e com uma enseada segura e abrigada das monções de sudoeste, na epoca da descoberta, a ilha de Angediva offerecia um bom local para refresco e aguada das embarcações que cruzavam ao longo da costa occidental do Indostão.

Das mattas que a povoavam tirava-se a lenha para o provimento da navegação; do tanque construido no colo dos seus dois morros, colhia-se a agua cristalina que por um perfeito aqueducto descia á praia onde era recebida pelos navegantes; do mar que se estende entre a ilha o o continente, recebia-se o peixe, que, numerosas e elegantes fustas, sahidas dos portos de Goa, Garçopa e Onor, de manhã e de tarde iam pescar na sua faina diaria e vender ás tripulações que demandavam Angediva.

Nem sempre porém esse mouregar das obscuras embarcações representava o trabalho despreoccupado e leal; uma ou outra das enfunadas velas, confundida no bando, caminhava sempre em determinado rumo qual patrulha que fosse espionar o inimigo. Eram as fustas dos senhores de Dabul, Goa e Onor, ou as almadias do piratas que vinham espiar o ancoradouro de Angediva, ponto de etape forçado á longa navegação, e avisar do valor da preza, ou pelo menos, da importancia provavel do tributo devido pela entrada forçada n'aquelles portos.

Como deixamos dito, os portuguezes do V. da Gama

repousavam na enseada da ilha que encontraram pouco povoada de mouros e pagãos.

Uma bella tarde do mez de dezembro, emquanto os nossos rudes marinheiros, passeiando pela praia, ou na tolda das velhas naus, ou encostados ás canhoneiras ou bombardeiras, observavam e analysavam os costados d'essas embarcações indigenas, feitos uns de taboas cosidas com fio de cairo e pegados aos liames com o mesmo cairo, outros de taboas seguras com pregos delgados de grande cabeça exterior e uma interior postiça; aquellas de quilha, estas de fundo chato; uns de madeira só até á altura necessaria para a carga a transportar, continuando para a parte superior com toldos de panno forte e embreado, revestido de esteiras; as cobertas de olas, formando telhado com duas aguas; o unico mastro esguio e inclinado, o leme largo movido por duas cordas, a verga do mastro com dois terços para ré e um só para vante e a vela mais comprida para traz, com uma só escota, a ponta de pròa atada na extremidade de uma antena quasi tão grande como o mastro; a vola muito inclinada para avante, com que apontam muito pela bolina (1); estando como dizemos, a admirar o engenhoso d'estas novas construcções, uma fusta de pescadores dobra o cachopo da ponta sul e apresenta-se para falar ao capitão-mór.

Contou que tinham avistado ao cahir da tarde uma fusta pequena seguida de oito grandes, armadas e equipadas entrando na foz do rio Cintácura, escondendo-se entre uns ilheus que alli ha, no intuito de sairem de madrugada a surprehender as naus.

Despedido e recompensado o denunciante, o capitão-mór ordenou as medidas de segurança e de prevenção que o caso exigia.

Ao amanhecer appareceu effectivamente a pequena fusta singrando por entre as naus o ouviu-se uma voz que em castelhano dizia:

(1) *Gaspar Corrêa* — Lendas.

«Dios salve las naves y los senores capitanes cristhianos. y la compania que n'ellas vicne.» A bordo houve grande alvoroço entre os marinheiros e soldados por ouvirem em regiões tão remotas uma lingua conhecida.

Pouco depois a mesma voz continuou: — «Senores capitanes dademe seguro e entraré en vuestras naves por saber nuevas de mi tierra, y tambien de mi sabereis las que vos pluguiere, pues Dios aqui os ha traido, que sêa nuestro bien e mio, que ao cabo de quarienta anos que soy captivo, y aora Dios me mostró naves d'Espana que es mi tierra. Y portanto sea la vuestra merced darme el seguro que pido, que sim ello no osaré d'entrar».

Da nau capitania foi-lhe respondido que podia entrar sem receio. Assim fez, acompanhado de alguns remadores, o chefe da fusta, homem já de idade, alto, de longas barbas brancas, tipo de judeu, o qual foi immediatamente algemado, despido e açoutado por alguns grumetes e obrigado a confessar as suas intenções. De facto, declarou que era judeu granadino; assistira á tomada de Granada, fôra captivo e andara pela Turquia, Egypto, Meca e presentemente estava ao serviço do *Sabayo*, senhor de Goa, como capitão das suas armadas. Que chegando ao conhecimento do mesmo Sabayo que umas naus desconhecidas estavam em Angediva, o encarregara a elle de ver se conseguia tomal-as, incendial-as, ou então obter as informações precisas para, organisando-se uma frota, so poder ir atacal-as no ancuradouro.

Obtidas estas declarações, metteu-se o capitão-mór com elle na fusta e acompanhado dos bateis das naus, armados de berços e panellas de pulvora, e guarnecidos cada um com 20 homens escolhidos, dirigiu-se para a foz do Cintácura, onde chegaram ao romper d'alva. Presentidos pelas vigias, logo o judeu respondeu á voz — Quem vem lá? «Eu sou, que trago commigo meus parentes».

A fusta entrou pois livremente e os bateis com os mur-

rões escondidos approximaram-se rapidamente e ao grito de *Santiago* e *S. Jorge*, dispararam os berços e arremessaram as panellas de polvora sobre as fustas inimigas, cujos tripulantes e remadores sobresaltados pelo inesperado da lucta, se atiraram ao mar, onde foram todos mortos.

Rebocando as fustas regressaram os bateis a Angediva; aproveitaram o que convinha da sua carga, lançaram ao mar o resto, e foram desfeitas algumas para lenha, distribuindo-se pelos pescadores as velas e outros petrechos de utilidade.

N'esse mesmo dia largou V. da Gama para Melinde, conduzindo a bordo o judeu que em Portugal foi baptisado tomando o nome de Gaspar da Gama e vulgarmente conhecido pelo de Gaspar das Indias.

Taes foram os factos que occorreram por occasião da descoberta da ilha do Angediva ou *Anchediva*, nome que significa cinco ilhas sendo na verdade este o numero de ilhotas do archipelago e d'entre ellas, a mais importante, esta de que estamos tratando.

Decorreram os annos e as armadas portuguezas passavam e tornavam a passar em frente da ilha, em demanda de Cananor, Cochim ou Coulão, sem ligarem maior importancia á pequena praia, que já tão celebre fôra para os nossos marinheiros.

Em 1505, porém, partia de Lisboa com destino á India, a armada de D. Francisco d'Almeida que, sob o pomposo titulo de *Vice-Rei*, trazia poderes para lançar os primeiros alicerces do sonhado imperio asiatico. D'entre as instucções recebidas d'El-Rei, uma era a de erguer fortaleza em Angediva.

O judeu granadino, depois christão novo, Gaspar da Gama, de que acima falamos, conversando a miudo com D. Manoel, fizera-lhe ver as vantagens estrategicas da pequena ilha situada em frente e a meio da costa do In-

dustão, ás portas do reino do Sabayo, grande senhor que se propunha avassalar o mar e arrasar o incipiente poder dos portuguezes.

Impunham-n'a á nossa consideração, sob o ponto de vista militar, commercial e politico, a sua curta distancia de continente fronteiro, a segurança do seu porto, abundancia e bondade das aguas e finalmente a força natural do terreno que se prestava a transformar-se em uma posição fortificada importante que constituisse um ponto de apoio segure e independente para as nossas armadas, que, d'esta maneira ficariam livres da tutella de qualquer rajah a quem fosse preciso pedir licença para levantar fortaleza em suas terras.

D. Francisco d'Almeida, largando de Mombaça que destruira, na vespera de St.° Agostinho, em desasseis dias arribou com as 14 velas da sua armada, ao porto de Angediva tendo passado á vista dos ilheus Queimados e da barra de Goa.

Tomou logo posse da ilha; desembarcou muita madeira e outros artigos que trazia para a construcção de 2 galés e 1 bergantim destinados a crusar n'aquelle mar o tratou de reconhecer o terreno para a edificação da fortaleza e casas de habitação.

A ilha como atraz dissemos, tem a costa quasi toda de rocha e ábrupta, mas apresentava na parte oriental voltada para o continente, uma enseada ampla e abrigada, e com boa praia para desembarcadouro. Foi n'esta praia como ponto mais accessivel, que o futuro vice-rei resolveu se levantasse a fortificação.

Constou esta, fig. 1, de uma cortina grossa e sufficientemente alta, que bordando a praia pelo sopé dos dois morros mais salientes da ilha, se encostava em um e outro extremo nas vertentes dos mesmos, ficando assim uma area de terreno bastante para abrigar a guarnição e edificios necessarios.

As extremidades da cortina eram rematadas por cu-

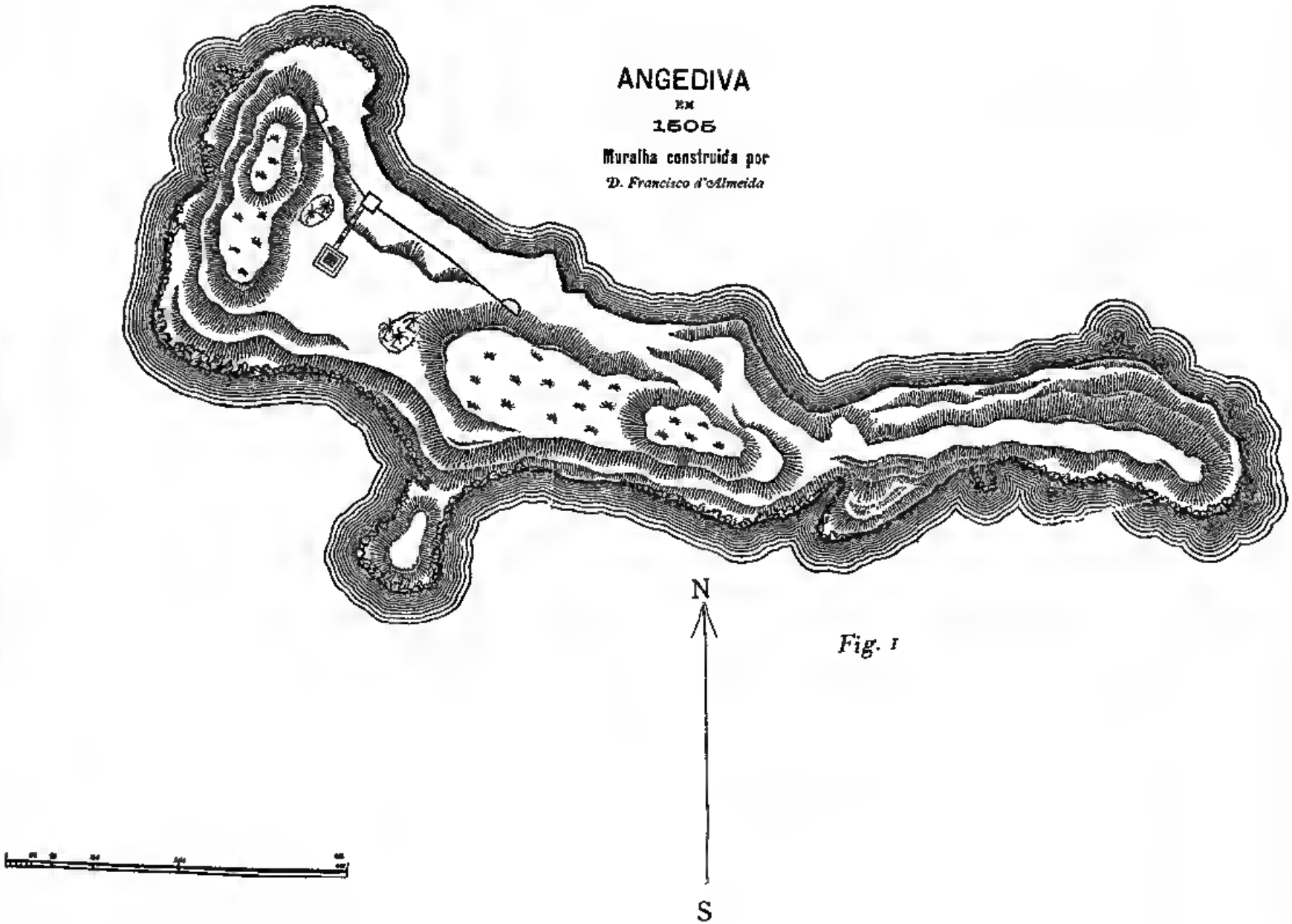
ANGEDIVA
EM
1505
Muralha construida por
D. Francisco d'Almeida
N
S

Fig. 1

bellos que serviam de obra flanqueante. Ao centro uma torre de menagem de dois andares com a unica porta de entrada.

A altura da torre chegava quasi que a dominar o collo entre os dois mencionados morros, que por seu turno commandavam toda a obra. Os materiaes empregados foram a pedra, de que havia abundancia e o barro; e segundo Gaspar Correa, a cal de marisco queimado que os habitantes da ilha fabricavam. Utilisaram-se tambem os materiaes de um pagode e outras construcções em ruinas, dizendo a tradicção que nos escombros foram encontradas cruzes parecendo indicar a existencia anterior de habitantes christãos. A proposito da significação deste facto e d'outros semelhantes que abundam nas descripções dos nossos chronistas, convidamos o leitor a consultar o erudito artigo — *Notulas de historia e de ethnographia* — devido á pena brilhante do Ex.^mo^ Dr. Osorio de Castro, e que vem publicado no primeiro numero d'esta revista.

Como se vê, não podia deixar de ficar solida a construcção em virtude da resistencia natural dos materiaes empregados. A torre terminava por um eirado argamassado coberto por um telhado de olas. As casas para o pessoal graduado e as casernas para os soldados eram, na maioria, feitas de madeira, bambús e olas. Em 20 dias estava a fortaleza construida até ás ameias, tendo-se utilisado toda a gente sem distincção e ainda os poucos habitantes da terra que se empregavam no serviço de remoção e excavações.

A guarnição ficou composta de 60 homens e provida de tudo o necessario em artilheria, munições, mantimentos, mercadorias para pagamento ao pessoal, e palamenta, de forma a garantir-se a sua defeza.

Foi nomeado capitão da ilha, Manuel Pessanha, que já do reino vinha provido n'este logar, e feitor Duarte Pereira; e ainda prehenchidos os cargos de alcaide-mór

e de escrivães, assim como escolhidos os officiaes necessarios para o commando da reduzida guarnição.

Tinhamos pois, a nossa primeira fortaleza regular na India, importante não pelo seu valor militar ou pelos feitos que se desenrolassem sob os seus muros, mas por ser o primeiro padrão d'esta natureza que implantavamos na terra do Oriente, theatro de tão grandiosas façanhas e actos de heroismo.

A' fortaleza de Angediva, seguiram-se outras obras de maior folego, espalhadas ao longo de extensos e remotos continentes, marcando como que as etapes d'essa marcha gloriosa executada por nós ao alvorecer da renascença, e das quaes as principaes foram:

Canánor, Cochim, Coulão, cidadella de Goa, Malaca, Ormuz, Pacem (Sumatra). Colombo, Chaul, Ternate (Molucas), Diu, Chaporá, Bicholim, Coluallc, Tivim, Quitolá, Mormugão, Rachol, Colá, Betul, Damão, Mangalore, muralha de Goa, Reys-Magos, Gaspar Dias e Aguada.

Destas fortezas, cuja descripção e historia nos propomos fazer tão detalhadamente quanto nos permittam os elementos espalhados pelos archivos, e se possivel fôr a observação directa dos locaes onde ainda hojo existam os seus venerandos restos, e dentro dos moldes que traçamos para a elaboração da nossa historia militar na Asia, trabalho que brevemente começará a ser publicado n'esta revista; d'estas fortalezas, repetimos, umas ainda se encontram de pé, mais ou menos conservadas, outras acham-se transformadas por exigencias de caracter administrativo, outras, em fim, foram arrasadas inteiramente, não restando d'ellas nenhuns vestigios.

Construidas umas pelas necessidades do primeiro periodo da conquista, em que, para nos sustentarmos n'este theatro da guerra tão distante da verdadeira e principal base de operações *(Portugal)*, indispensavel se tornava

crear pontos de apoio solidos que nos garantissem a segurança e manutenção da segunda base de operações não menos valiosa, qual era a constituida pelas *esquadras*, o formassem, por assim dizer, o *prolongamento* d'aquella até esta, o mesmo não podemos dizer d'outras, que, na nossa opinião, reforçada pela de muitos criticos, nasceram apenas da febre ou luxo de ter fortificações em pontos cuja occupação se dispensava por inutil e mesmo prejudicial, pois acarretava a divisão de forças que tanto mal nos trouxe, especialmente no periodo da decadencia.

Providenciado tudo o que dizia respeito á nova fortaleza, D. Francisco d'Almeida, largou de Angediva a fim de ir tratar do carregamento das naus e estabelecimento das condições em que devia assentar a nossa amisade com o rei de Cananor e o rajah de Cochim.

Abstemos-nos de falar dos factos que se succederam no governo do primeiro vice-rei da India, limitando-nos apenas á narrativa d'aquelles que se prendem com a indole d'este trabalho.

Estando o vice-rei em Cananor a tratar com o respectivo monarcha e com um embaixador do rei de Bisnaga, chegou do norte uma almadia com o aviso de que a fortaleza estava sendo atacada por mouros de Dabul.

Effectivamente, logo depois da partida das naus e caravellas, o senhor de Dabul, sabendo isto, armou 30 fustas bem equipadas e guarnecidas de artilheria, e entregando o commando d'esta flotilha a um seu irmão, homem valente e aguerrido, incumbiu-o de ir expulsar os portuguezes

Appareceu o inimigo á vista ao amanhecer e entrando na enseada, começou a bombardear a obra, não causando porém grandes estragos, porisso que o fogo dos nossos sendo mais bem dirigido, causou importantes avarias nas fustas, obrigando-as a retirar para o mar.

Alli andaram pairando todo o dia até que, ao entrar da noute, se sumiram no horisonte na direcção do Dabul.

Os nossos, crendo que a retirada fôra definitiva, e nem sequer ao de leve pensando que poderia realisar-se um ataque á ilha inaccessivel, reduziram o serviço de vigilancia ao estrictamente necessario e determinado pela ordenança.

Alta noute, a esquadrilha dos mouros voltava para traz, e rodeando a ilha por oeste, lado contrario á bahia, desembarcaram na ponta sudeste em sitio mais accessivel, e d'onde partia uma estreita e escura vereda, que por entre o matto conduzia aos outeiros que dominavam a fortaleza. Estabelecendo atalaias nas arvores para vigiarem o mar e deixando uma fusta em observação no ilheu do sul, com o fim de dar aviso de qualquer movimento nosso d'este lado, de madrugada romperam o ataque, ataque singular, pois consistia em fazer rolar sobre a fortaleza blocos enormes de rocha, os quaes precipitados do alto dos morros, vinham despenhar-se nos tectos, eirados e plantaformas de toda a obra.

O serviço de defeza tornava-se difficil e perigoso; difficil porque a artilheria tendo de empregar o tiro quasi vertical nenhum effeito produzia no inimigo; os proprios berços e bombardas montadas no eirado da torre de menagem pouco conseguiam contra os atacantes estabelecidos no alto dos outeiros; e perigoso, porque nada resistia ao choque violento dos penedos e á chuva do virotões incendiarios.

N'estes apuros, resolveu o commandante Pessanha mandar pedir soccorro ao vice-rei, conseguindo por bom preço que uma almadia fosse levar o aviso a Cananor.

D. Francisco enviou logo seu filho D. Lourenço n'um bergantim, com 4 caravellas, as gallés e o navio de Jorge Mendes.

No intuito de surprehender os inimigos e cortar-lhes a retirada, D. Lourenço, chegando ás alturas do promontorio Delhi, na costa do Malabar, dividiu as suas forças.

Duas caravellas e o navio de Jorge Mendes deviam ir

postar-se a norte da ilha, uns 40 kilomotros, de forma a interceptar a passagem á esquadrilha; elle no bergantim com as gallés e restantes caravellas, marchariam contra o inimigo a quem doviam atacar só de madrugada. Todos os pharoes foram apagados.

Assente o plano, seguiu cada um ao seu destino. A fusta *aviso* porém, collocada no ilheu. mal reconheceu os nossos, correu veloz a transmittir a informação, e tão bem se houve, que, quando D. Lourenço chogava em frente da ilha, encontrou esta abandonada de inimigos, que, á mesma hora passavam em frente da barra do Goa, muito antes de ser estabelecido o cordão que devia interceptar-lhes a passagem.

Os damnos causados na fortaleza foram convenientemente reparados, o para evitar futuras surprezas, foi mandada cortar em varios pontos a vereda, de que atraz falamos, de maneira a tornal-a intransitavel, e todas as noutes passou a montar-se um posto de guarda no cimo do outeiro.

No anno do 1507 chegava á India a armada de Tristão da Cunha.

Uma das instrucções que trazia, referia-se á demolição da fortaleza de Angediva.

Não se comprehende bem os fundamentos do semelhante resolução estando ainda fresca a argamassa que revestia as juntas da grossa muralha, quando razões tão bem deduzidas, ha mezes, tinham originado a resolução contraria.

Explicar-se-hia o facto, se porventura possuissemos já no continento fronteiro qualquer das fortalezas de Cochim ou Goa, mas na occasião apenas contavamos com a boa vontade, problematica da parte do rajah do Cochim, e suspeita da parte do rei de Cananor, não se pensando ainda na futura metropole oriental. Ou D. Manuel julgava os negocios muito bem encaminhados ou até resolvi-

dos, nas côrtes de Cochim e Cananor, e por isso, mandava desfazer, por desnecessaria e prejudicial a fortaleza do Angediva, ou então conhecedor do traçado e demais condições da obra, reputando-a insufficiente para satisfazer ao objectivo a que era destinada, esperançado em futuras vantagens no continente, preferiu abandonar a ilha a ter de empregar grandes sommas em a fortificar devidamente, deixando ao criterio do vice-rei a escolha da opportunidade para a demolição.

Quer se pensasse de um modo, quer d'outro, o certo.ó que, n'esse mesmo anno de 1507, D. Francisco de Almeida, deixando em Cananor quasi concluida a nossa segunda fortaleza na India, dirigiu-se á ilha e, sem mais considerações, mandou arrasar todas as construcções, aproveitando algumas das suas cantarias para as portas e janellas d'aquella.

Assim terminou a primeira phase da sua existencia, a pequena fortaleza da historica ilha de Angediva.

Nova Goa, 10-3-904.

(*Continúa*)

José Augusto Roçadas
Capitão do S. d Estado-Maior

A INDIA EM 1623-1624

Excerptos das Memorias do viajante italiano Pietro Della Valle

Introducção

D'entre os extrangeiros que, nos primeiros dois seculos da dominação portugueza no Oriente, vieram á India, uns para fins meramente commerciaes, outros em serviço da sua respectiva nação, outros finalmente pela simples curiosidade de vêr com os seus proprios olhos estas longinquas paragens, de que se contavam na Europa relações maravilhosas, de mythos e lendas, de grandezas e esplendores, alguns como Linschoten, Pyrard, Herbert, Mandelso, e Pietro Della Valle, para não citar mais, deixaram memorias escriptas, que são valiosos elementos para se reconstituir nitidamente a historia economica, social e politica das preteritas epocas; ao passo que as chronicas nacionaes, inspiradas, em geral, pela idéa de registar principalmente os feitos militares ou a cultura religiosa, a conquista pela espada e pela cruz, impregnadas, porisso, do cheiro da carnificina ou do perfume do ascetismo, dão escasso adjutorio ao leitor moderno. Mas, a todos elles se avantaja Della Valle que, parece, possuia um espirito que ao talento narrativo reunia um apurado criterio. Sir Henry Yule classifica-o como «o principe de todos os viajantes europeus na India que referiram as suas observações; o mais insaciavel na curiosidade, o mais intelligente na assimilação, o mais completo e accurado nas descripções».

Pietro Della Valle, descendente d'uma antiga e nobre familia romana, que, entre os seus membros, contára dois

purpurados, o cardeal Rustico no pontificado de Honorio II, e o cardeal Andréa no de Leão X, tinha sido um aventureiro errante por sobre a face da terra muito antes de vir á India. Nascera a 11 de abril de 1586. Foi sob a impressão e influencia d'um desapontamento em questão de amores, que tomou o habito de peregrino, e o appellido de *Il Pellegrino*, addicionando-o á sua assignatura; appellido que justificou logo, resolvendo-se, por conselho d'um seu amigo, Mario Schipano, professor de medicina, a viajar pelo Oriente. Embarcou primeiro em Napoles no dia 8 de junho de 1614, com destino para Constantinopla, onde se demorou uns quinzes mezes. Em seguida, passou á Asia menor, ao Egypto, á Palestina e ao Valle do Euphrates, gastando n'isso uns dois annos, até que, em 1616, casou em Bagdad com uma formosa e bem educada donzella christã, filha de pae assyrio e de mãe armenia, chamada Maani Gioerida. Maani é uma palavra arabe que significa intelligencia.

Este casamento, dictado pelo amor, não lhe curou, porém, a mania das viagens. Sahiu com a mulher para a Persia, que percorreu de léz a léz durante seis annos, tomando parte nas guerras entre os persas e os turcos, nas quaes a bella Maani, na enthusiastica phrase do enamorado esposo, se mostrou «uma bellona que não teme vêr o sangue, nem ouvir o estampido dos canhões». Ella não pôde, comtudo, resistir a essa vida de aventuras e de trabalhos, que eram superiores ás suas forças, e em Mina, proximo do golfo de Ormuz, falleceu a 30 de dezembro de 1622. Della Valle fez embalsamar e encerrar o cadaver da esposa dilecta n'um caixão, que, nas suas subsequentes viagens, teve sempre comsigo, juntamente com uma rapariga georgiana, Maria Tinatin de Ziba, ou, em diminuitivo italiano, Mariuccia, que a mallograda Maani tomara sob a sua protecção. Maria Tinatin era filha d'um official do exercito georgiano, morto em combate com o exercito do rei da Persia, e fôra levada captiva a Isaphan, onde Maani a viu e adoptou.

Estes encargos — o deposito funebre e a joven adoptiva — acrescentavam a Pietro Della Valle novas difficuldades para continuar as suas peregrinações; não obstante, quiz visitar os mais interessantes portos e regiões maritimas da costa occidental da India, e penetrar ainda no interior. Assim, embarcando a 19 de janeiro de 1623 em Gombroon, porto principal ao sul da Persia, conhecido actual-

mente pelo nome de Bandar Abbas — visto lhe não ter sido possivel fazel-o em Bender Sir, por causa do cêrco de Ormuz, portugueza ao tempo, posto pelos persas auxiliados pelos inglezes — chegou em 10 de fevereiro a Surrate, d'onde passou á Cambaia, Ahmedabad, Chaul e Goa (ilha de Tissuaddy). D'aqui foi até Ikkeri, Barcelor, Mangalor e Calicut, onde terminou a sua viagem á India, regressando a Goa e demorando-se ao todo n'esta ilha quasi um anno e meio. Sahiu de Goa a 16 de novembro de 1624, e voltou para a Europa, passando por Mascate, Bassorá e Alepo. De caminho a Roma, visitou Chypre, Malta e a Sicilia, chegando á cidade eterna sómente em março de 1626, ou seja, após doze annos de ausencia da patria.

Em Roma foi recebido com alacridade pelos amigos, e nomeado camareiro honorario do papa Urbano VIII; depositou os restos mortaes da infeliz Maani no jazigo que sua familia possuia na egreja de Ara-Coeli, e casou com Maria Tinatin, tendo nascido d'esta união quatorze filhos.

Uma occorrencia desagradavel, veiu, porém, turvar-lhe a vida placida e bemquista de Roma. Em certa procissão que passava pelas ruas, suscitou-se uma conflicto entre o creado indio de Pietro Della Valle, e um dos creados do papa. Chegaram ambos a vias de facto, e o segundo, arrancando ao primeiro a espada, estava prestes a fazêl-a em pedaços, quando Della Valle acudiu de espada em punho e trespassou o seu compatriota em presença do proprio pontifice. Teve, por isso, de sahir da cidade, mas conseguiu voltar pouco depois, com permissão do mesmo papa, graças á intercessão do cardeal Barberini. E em Roma terminou os seus dias em 1652. Maria Tinatin vivia em 1662, mas não se sabe quando falleceu.

Foi um notavel musicista; compoz varias melodias e inventou dois instrumentos novos: o cimbalo esarmonico e o violino panormonico. Na Academia dos *Umoristi*, de que fazia parte, tinha o cognome de *Il Fantastico*. Não são, porém, estes os titulos da sua celebridade, que se firmou e se tornou quasi universal, tão pouco por varias obras historicas e philosophicas de merito que escreveu, mas principalmente pelas suas viagens, nas quaes se mostrou d'uma extraordinaria minuciosidade e da mais attenta observação; tendo sido o primeiro viajante que penetrou na segunda pyramide do Egypto, e enviou para a Europa duas mumias, actualmente conservadas no museu de Dresde; e, egualmente, o primeiro que observou e trasladou as ins-

cripções sobre pedra e os caracteres cuneiformes da Assyria.

As memorias das suas viagens, em forma de cartas dirigidas de differentes paizes ao seu amigo, já mencionado, Mario Schipano, comprehendem tres partes: a Turquia, a Persia e a India. Publicou em vida a primeira, e quatro de seus filhos imprimiram a segunda e a terceira. Essas memorias são apreciadissimas e correm nas linguas italiana, franceza e ingleza. Gibbon, que é sempre parco em elogios, considera Della Valle como o viajante que melhor conheceu e descreveu a Persia, e já sabem os leitores, com respeito á India, a autorisada opinião de sir Henry Yule.

Oito cartas bem extendidas constituem a terceira parte — a India — embora as digressões do viajante se tivessem limitado á costa occidental, desde Ahmedabad até Calicut. Interessantissimas sob varios pontos de vista, principalmente na descripção das cousas de Surrate, que, ao tempo, era o nucleo do commercio britannico-oriental, e de Goa, a capital do imperio luso-indiano, que, depois de chegar ao maior auge, estava em declinação, foram ultimente compiladas da versão ingleza de 1664, em dois volumes, que se editaram em Londres, (1) sob os auspicios da *Hakluit Society*, benemerita sociedade destinada á divulgação, em inglez, de obras antigas de viagens, descobrimentos e historia, sendo já longo o inventario das que se têm publicado, figurando n'ellas varios livros portuguezes. Dirigiu essa edição mr. Edward Grey, que foi do *Civil Service* de Bengala, enriquecendo-a com a biographia do autor, que já resumimos, com um bosquejo historico da evolução do imperio portuguez na India, e com numerosas notas.

O estilo d'essas oito cartas é simples, chão, familiar; revelam da parte do autor muita observação, muita illustração e variados conhecimentos. Por exemplo, em todos os logares que percorria, não deixava de regular a latitude e longitude, registar a posição do sol e varios phenomenos astronomicos. Manifesta-se egualmente lido em obras

(1) *The Travels of Pietro Della Valle in India*, 2 vols., Londres, 1892.

antigas de philosophia e sciencias naturaes. Notam-se, porém, a cada passo redundancias, e repetições, que podemos attribuir unicamente ao receio que, devido á difficuldade de communicações, teria Della Valle da perda ou transvio ou das suas cartas. Grande numero de nomes proprios, sobretudo portuguezes, estão italianisados, se não estropiados.

Do confronto que temos feito de alguns trechos de outras traducções, publicados em varios livros, com a que temos presente, resulta uma notavel variedade de texto, o que não admira. Quem nos déra o original italiano, que nos esclareceria immediatamente e cortaria de vez com todas as duvidas?

É das citadas oito cartas que vamos dar breves excerptos, principalmente no que toca ás cousas do «Oriente Portuguez», relatadas por menor pelo viajante, que se mostra imparcial nas suas apreciações. E, por nossa parte, os acompanhamos de algumas observações, e notas que nos pareceram necessarias, pondo de parte muitas da edição ingleza, bem dispensaveis aos que têm conhecimento da historia e geographia da India; reduzindo egualmente á sua verdadeira lição os nomes proprios desfigurados.

Uma traducção fiel e completa seria muito para desejar, mas feita sobre o original italiano.

Primeira carta

Foi escripta de Surrate e tem a data de 22 de março de 1623. Comprehende os successos desde 19 de janeiro d'esse anno, em que Pietro Della Valle embarcou para a India no porto de Gombroon, até a sua sahida de Surrate para Goa. Veiu a bordo da *Whale*, nau capitánia ingleza do commando do capitão Nicholas Wood, sendo a nau immediata a *Dolphin*, capitão Matthew Villis.

Uma cousa que impressiona desde logo, vem a ser o que o nosso viajante conta, alludindo ás cousas de Ormuz, de que falla em varios logares, como adiante se verá. Em Bender Seer encontrára elle os inglezes ajudando os persas contra os portuguezes em Ormuz, sendo que, ao tempo, Portugal e a Inglaterra estavam entre si em boa paz. Mas, não era desinteressado esse auxilio, que prejudicou muito o nome e o poder portuguez no Oriente; antes visava a favorecer a incipiente expansão ingleza. M. Willis capitão da nau *Dolphin*, tendo jantado um dia a bordo da *Whale*, bem carregado *(freely drunk)* informou-o de que os inglezes haviam instado com os persas para lhes ceder a fortaleza de Ormuz com a metade das receitas aduaneiras, que eram importantes, e a cidade, o que retribuiriam com o estabelecimento permanente ali de familias inglezas e com o seu auxilio para a defeza da Persia contra os portuguezes. Sabe-se o que succedeu, e verifica-se o velho dictado *in vino veritas*. Em 1622, os portuguezes perderam a ilha de Ormuz, grandiosa conquista de Albuquerque, que foi recuperada por Shah Abbas, rei da Persia, ajudado pelos inglezes, que, em recompensa, receberam metade das rendas da alfandega, não de Ormuz, mas de Gombroon.

Estava de certo no occaso a estrella portugueza, e no oriente a estrella ingleza na India; a breve trecho da estranha revelação do commandante Willis, que elle estaria longe de pensar, fosse um dia dos dominios da historia, encontramos indicado um justo e ponderoso factor d'essa lamentavel decadencia. E quando Pietro Della Valle descreve o regimen, instrucção e disciplina que havia a bordo dos navios inglezes que vinham á India, a contrastar com a negligencia, que, n'este particular, accusavam as naus portugue-

zas. A bordo da *Whale* havia sempre quotidiana observação, ao meio dia, da altitude do sol, feita não só pelo respectivo commandante, um habil maritimo, e pelos pilotos, mas ainda por «vinte ou trinta marinheiros, mestres, aprendizes, rapazes e todos os mais» com astrolabios e outros instrumentos. O contrario succedia em navios portuguezes. Traslademos as proprias palavras do viajante:

«Os pilotos (d'estes navios) em extremo ciosos dos seus deveres, são os unicos que fazem as observações, pela maior parte em segredo, sem companheiro algum que as veja. Se, por acaso, alguem do barco se offerecer a tomar a altitude do sol, ou quizér vêr o mappa ou o compasso, ou fizér qualquer cousa no sentido de bem guiar o barco e conhecer o curso, elles se desavirão logo com esse individuo, a quem de forma alguma permittirão fazêl-o; pois não levam a bem que qualquer pessoa se intrometta com o que suppoem ser obrigação exclusiva d'elles. De serem esses pilotos somenos communicativos e mal dispostos a ensinar a outros, procede que poucos sabem da arte de navegação, não havendo quem a ensine praticamente, e entendem mesmo pouco, porque não têm a instrucção pratica e aprendem muito menos da theoria. E esta a razão porque frequentes vezes se perdem os bareos portuguezes, com incrivel detrimento, por egual, dos particulares e do Estado. E o peior é, que não sómente se perdem por ignorancia ou negligencia dos que os guiam, mas ainda por malicia ... Ao contrario, os navegantes inglezes e outros europeus são mais diligentes e rigorosos observantes de toda a exacta disciplina e de tudo quanto respeita ao bom governo dos seus barcos; e como elles sabem perfeitamente todos os pontos mais intricados da navegação e são em extremo curiosos, tanto na pratica como na theoria, não poupam trabalhos, nem esforço algum para tornar mais faceis e seguras as suas viagens para todos os pontos».

Este trecho é bastante suggestivo e elucida sufficientemente uma das principaes causas da decadencia do imperio luso-oriental, quiçá mais efficiente do que as outras que geralmente se mencionam: o desvio da energia portugueza para o Brazil, ou a união de Castella. A historia infelizmente comprova com factos a conceituosa observação do viajante. Quantos navios perdidos nas monções, levando o luto e a desolação aos lares, e causando a ruina do commercio, graves perdas nos redditos do Estado e

ponderosos desfalques na defensão dos territorios e portos conquistados! Por certo, quando uma nação, poderosa nos mares, como era Portugal na sua aurea epoca, despresa assim a arte e a disciplina maritima, infallivelmente estão contados os dias da sua supremacia naval. E assim foi. (1)

Em 10 de fevereiro de 1623, chegou Pietro Della Valle a Surrate, a antiga Surparaka fundada pelo rei dos Vidarbas, que, desde 1573, passára ao senhorio do grande Akbar (2) Apenas a *Whale* deitou ferro, recebeu a visita de Thomas Rastell, presidente ou director da feitoria ingleza, estabelecida n'aquella cidade em 1612, acompanhado de dois negociantes inglezes e um ministro, isto é, um padre presbyteriano. Esse Rastell é um dos pioneiros da soberania ingleza na India; veiu em 1615 e, dez annos depois, regressou á Inglaterra, tendo em setembro de 1624 conseguido a expressa concessão do privilegio do commercio em Surrate e em todas as outras cidades e logares pertencentes ao imperador Jehanghir (filho de Akbar);

---

(1) Em Diogo do Couto encontramos uma breve phrase que resume o extraordinario descuido que havia nas náos de viagem. *Todas estas náos andão a Deus misericordia*, diz o chronista (*Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, cap. XXXII). Outros escriptores tambem o notam Parece que as cousas não iam melhor ainda no seculo XVIII, porquanto, em carta de 23 de maiço de 1747, escrevia o secretario d'Estado, Marco Antonio de Azevedo Coutinho, ao vice-rei da India:

«Em execução das repetidas ordens que S M. tem mandado aos armazens e casa da India, partirão deste porto as naus destinadas para esse Estado no dia 25 do corrente; e como o tempo está favoravel e sahem no principio da monção, é muito provavel que vão esperar a dos mares da India, ou á ilha de S. Lourenço, ou a Moçambique, para poderem chegar a esse porto em tempo conveniente. Estas naus são a de viagem *Nossa Senhora de Monte Alegre*, que por ser propria para este serviço se comprou aos genovezes, e as fragatas ligeiras *Nossa Senhora da Atalaia* e *Nossa Senhora do Vencimento*, que ha pouros dias sahiu do estaleiro, as quaes é S. M. servido que naquem ambas nesse porto para o serviço do Estado, visto se terem perdido nelle desde o anno de 1737 não menos que 11 naus, das quaes nenhuma tinha feito mais que uma viagem, e algumas tinhão sahido do estaleiro» (L.º das *monções*, n.º 120 fl. 561).

(2) Surrate, e bem assim Baroche (antiga *Baryguza* e hoje Broarh) e Cambaia, de que o viajante falla mais adiante, foram outr'ora importantes emporios commerciaes; veja-se a excellente memoria do erudito Rehatsek, intitulada *Emporia before the christian era* no *Journal of Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. XV, n.º XXXIX.

concessão que se pode fixar como o primeiro reconhecimento, em favor da Companhia das Indias Orientaes, do privilegio do commercio indiano. O seu nome é o primeiro que se lê entre as assignaturas do mais antigo documento encontrado nos archivos d'aquella feitoria. (1) Rastell era uma excellente pessoa, diz o viajante, a quem fez attenciosos offerecimentos. Fallava muito bem o italiano.

Logo na manhã seguinte (11 de fevereiro) achamos um exemplo do negligente descuido das condições hygienicas que, n'este clima deprimente, caracterisava os antigos immigrantes europeus na India. Rastell e Della Valle começaram o dia com beber juntos «um pouco de vinho quente, fervido com cravo, cardamomo e outras especiarias, ao qual os inglezes dão o nome de *vinho queimado* (*burnt wine*), e que bebem frequentes vezes de manhã, para confortar o estomago, sorvendo-o aos poucos com receio de abrazarem».

Havia tambem em Surrate uma feitoria hollandeza, estabelecida cinco annos depois da ingleza, em 1617. Estavam na cidade numerosos negociantes hollandezes, muitos d'elles casados na India, no intento, expressamente, de irem colonisar a ilha de Java ou a Nova Batavia, com mulheres indianas, armenias, syrias e de outras differentes raças, que facilmente se convertiam ao christianismo. Referindo-se a este assumpto escreve Della Valle;

«No anno passado (1622) a armada, que vinha de Portugal á India, teve um encontro no mar; das naus, umas foram mettidas a pique, e outras tomadas pelos hollandezes. Na presa, havia tres donzellas, d'entre essas orfãs pobres, mas de boa procedencia, que são mandadas annualmente de Portugal, a expensas do rei, com um dote que este lhes dá, para casarem na India, com o fim de se povoarem as colonias portuguezas d'estas paragens (2). Es-

---

(1) G. W Forrest — *Selections from the Letters ... preserved in the Bombay Secretariat*, vol. I, no principio.

(2) Parece averiguado que n'esses tempos já viuham donzellas pobres e mulheres de Portugal, a fim de casar no Oriente. Outro viajante contemporaneo de Pietro Della Valle, capellão de sir Thomas Roe, embaixador inglez entre 1615-1618 na côrte do Mogol, diz ter visto no Cabo de Boa Esperança «dez raparigas portuguezas mandadas

sas tres raparigas foram levadas pelos hollandezes a Surrate e, como eram formosas, os mais notaveis commerciantes disputaram-lhes a mão. Duas d'ellas sahiram de Surrate, não sei se para a mencionada colonia (de Java), ou para qualquer outra parte. Ficou uma, chamada Dona Lucia, nova e bella, casada com um dos mais ricos e principaes hollandezes».

Da feitoria e colonia hollandeza em Surrate era presidente ou *commendador* Pedro Vandenbroecke, nascido em Antuerpia, excellente cavalheiro, fallando muito bem o hespanhol, e possuindo um palacio e varias casas. Dona Lucia deu agasalho em sua casa a Maria Tinatin com muito agrado de Pietro Della Valle, o qual teve egualmente satisfação em vêr ali um velho amigo que conhecia da Persia, Alberto Scilling, allemão de origem, e tambem amigo do commendador hollandez, com quem o metteu em relações. Estas relações deram logar a um engraçado episodio.

Convidado pelo commendador a ir jantar no seu palacio, Della Valle agradeceu, mas não acceitou o convite, com receio de melindrar Thomas Rastell; eis senão quando Vandenbroecke, vendo passar pela rua o italiano, sahiu em mangas de camisa e á força o compelliu a ser seu hospede. Uma vez tendo-o comsigo, o não quiz largar. É escusado acrescentar como Rastell se teria offendido com o procedimento do commendador hollandez, que lhe havia raptado um hospede, que d'elle já o tinha sido. Acabaram, porém, as cousas em boa paz. Não houve conflicto, entenderam-se ambos, desfazendo-se, qual mais, em amabilidades e obsequios ao recemvindo, durante todo o tempo que elle se demorou em Surrate.

---

para a colonia da Bantam, suppõe. para casarem»—*A Voyage to East India*, citada por mr. Ed. Grey. E lê-se n'um magnífico estudo sobre a beneficencia publica em Portugal, que do *Recolhimento das convertidas*, fundado em Lisboa no anno de 1587, muitas mulheres eram mandadas para o ultramar, ao cargo dos governadores ou prelados, para casarem honestamente; e, da mesma forma, muitas das orfãs recolhidas n'um instituto similar fundado em tempo de D. João III (Sr. Victor Ribeiro, *Historia da beneficencia em Portugal*, no *Instituto*, de Coimbra, vol. 50, pg. 517 e 519). Na carta régia de 20 de fevereiro de 1620, encontramos noticia do vice-rei Conde do Redondo ter dado em dote de casamento a D. Maria Cabreira e D. Querubina de Sampayo, orfãs que vieram do reino, o cargo de escrivão de fazenda de Goa,— *Archivo da Relação de Goa*, doc. n.º 454.

Della Valle descreve Surrate como uma cidade grande, muito povoada, em parte de mahometanos, em parte de gentios, termo por que elle, como varios viajantes e escriptores antigos, designam todas as raças não mouras, da mesma forma com os judeus denominavam *goim* a todos os povos não judaicos. Mais precisamente, quando nos livros d'esses viajantes e escriptores se lê a palavra *gentios*, pode-se tomal-a como synonimo dos *hindús* que, por então, exceptuando os mahometanos, constituiam a maxima parte da população da India.

Muito viu o italiano em Surrate e suburbios, graças á obsequiosidade dos chefes das duas colonias europeias; e á sua curiosidade e investigação não escapou pormenor algum. Condições telluricas e meteorologicas, arvores e plantas notaveis, idolos, jogues, usos e costumes, tudo examinou em pessoa. O que merece registo, é a ostentação e o esplendor com que viviam o commendador hollandez e o presidente inglez. Quando sahiam, era com numeroso sequito, homens a cavallo e armados, precedendo-os a todos um cavallo bem ajaezado, conduzido á mão e um homem com bandeira ou estandarte; tudo á moda indiana, porque «os indios são inclinados a semelhantes vaidades» (1). Mas, cousa notavel, toda essa ostentação era muito de impôr, pouco de custar, pois um criado, entre salario, comida e fato, acarretava uma despeza, quando muito, de tres rupias mensaes! (2)

---

(1) A India foi sempre um paiz de ostentação e frivolidade. N'este paiz, escrevia Sir W. Hedges (cit. por mr. Ed. Grey), uma exhibição espalhafatosa e um grande apparato acrescentam muito á importancia d'um homem publico. Quasi nos mesmos termos dizia á côrte um nosso vice-rei dos principios do seculo XIX, pedindo a elevação dos seus vencimentos.

(2) E' notavel não fazer o viajante menção d'um portuguez só em Surrate. Lê-se n'um parecer dado em 11 do outubro de 1870 pela procuradoria da coróa e fazenda, que a feitoria portugueza em Surrate fôra estabelecida por virtude d'um tratado celebrado entre o vice-rei da India, Ruy Lourenço de Tavora, e o Nababo embaixador do imperador Jehangir, e que em 1611 fôra nomeado feitor Antonio Paes da Rua (Dr. M. de Carvalho, *Questões da India*, pg. 447). Parece, comtudo, que se não fez effectivo esse tratado, pois, quando foi da questão da nossa feitoria da Surrate (1872), tendo Cunha Rivara redigido um memorandum com todos os documentos antigos e modernos, existentes ao tempo no archivo do governo, apenas se invocou em favor do nosso privilegio o *firman* do Grão-Mogol, de 1714. O silencio do italiano é significativo.

De Surrate foi o viajante até Cambaia, junto com o seu amigo Alberto Scilling e dois hollandezes. De caminho, viu em Baroche um grande commercio de calicó, de que «os inglezes e hollandezes carregam para a Europa cinco ou seis navios cada anno».

A descripção da vasta cidade de Cambaia não é menos pormenorisada, nem menos interessante do que a de Surrate. Ali visitou o italiano um hospital de aves de todas as especies, o que não deve pasmar aos que saibam que semelhantes institutos ainda existem na India, geralmente fundados e mantidos pelos jains. Esse hospital, pequeno embora, era sufficiente para os doentes, entre os quaes viu gallos, gallinhas, pombos, pavões e perús. Após o tratamento, as aves domesticas eram, umas entregues a qualquer homem bom para as criar, outras postas em liberdade.

Os animaes tambem tinham o seu hospital onde se tratavam, havendo um privativo do gado bovino. E, cousa singular, juntamente com vaccas e bois enfermos, via-se internado um mahometano a quem, pelo crime de roubo, haviam sido cortadas ambas as mãos, e que era sustentado pelos compassivos hindús.

Entre os differentes usos e costumes gentilicos, o viajante menciona o de se embostar o pavimento das casas de habitação, o que fazem tambem os christãos. Della Valle notou que, por esse meio, o pavimento se torna «limpo, macio e brilhante» (1).

Della Valle conclúe a sua relação dos usos, ritos e cerimonias gentilicas com alludir á controversia que houve em Goa nos principios do seculo XVII, sobre a permissão do uso da linha brahmanica aos novos christãos do Malabar. «Havia uma questão, escreve, na India entre os jesuitas e

(1) O embostamento era geral em Goa, mas pouco a pouco se tem abandonado essa pratica, a que se attribúe com fundamento a vantagem de limpeza e de destruição dos insectos pestiferos. Até egrejas e capelas eram embostadas, e em 1897, tendo vagado uma cadeira no lycen d'esta cidade, um joven cidedão — A. J. S. P. — pediu n'ella provimento, offerecendo-se a ceder o respectivo vencimento pera diversos fins, destinando-se metade para cobrir com lages o pavimento das egrejas onde se usa bosta! Não foi attendido, é claro

outros padres, se esta linha era uma insignia religiosa ou apenas um distinctivo de piedade, e se devia ser permittido ou não o seu uso aos indigenas convertidos que recusavam abandonal-o. Muito se discutiu de ambos os partidos e afinal o negocio foi submettido á Roma, segundo fui informado, ha dois ou tres annos na Persia. Pois lembro-me do senhor Matheus Galvão Godinho, conego e parente do então arcebispo de Goa (1), que passou por Spahan e se demorou ali muitos dias; tendo sido expressamente mandado á Roma pelo mesmo arcebispo, que favorecia o partido contrario aos jesuitas, com muitos escriptos relativos a esta questão, e que fez o obsequio de me communicar. Não sei se chegou a decisão final de Roma; alguns dizem que veiu, e a favor dos jesuitas, mas em Goa saberei melhor do assumpto». (2)

De Cambaia passou Della Valle com os seus companheiros a Ahmedabad, então capital do reino de Guzerathe, e uma das quatro cidades onde o Grão-Mogol tinha

(1) D. fr. Christovam de Sá e Lisboa.

(2) Aos estudiosos da historia da India Portugueza não é desconhecida esta questão, que em outro logar já resumimos em poucas palavras:

«O famoso jesuita padre Roberto de Nobili, sobrinho do cardeal Bellarmino, fundou em 1606 a missão catholica na casta de Madrasta, tendo fallecido aos 16 de janeiro de 1656 em Meliapôr. Era ali denominado *Tatva Bodhager* (padre brahmane), em razão dos habitos nativos que, para melhor se insinuar no animo do gentio, francamente adoptou; vestia-se como *saneaxy* (devoto meodicante hindú) com turbante branco, arrecadas com rubis ou perolas, anuel de ouro no dedo index e sandalias. Como signal de tolerancio para com os neophitos e suas familias, permittiu aos membros da sua grei trazerem a sua antiga *linha brahmanica*; mandado responder sobre essa innovação pelo arcebispo de Goa, D fr. Christovam de Lisboa, defendeu perante o synodo diocesano, que tinha autorisado o uso da linha como signal de nabreza da casta, accrescentando — *mutare vestem nihil vetat, ubi agitur salus animarum*,— argumento que não satisfez as autoridades ecclesiasticas de Goa, sendo afinal julgada a contraversia pelo papa Gregorio XV, por sua bulla *Romanae sedis antistes*, de 31 de janeiro de 1622, na qual se permittiu aos brahmanes e outros nobres da lodia, convertidos á fé, o uso da *linha* como signal de nobreza, o das *saudalias* camo signal de elegancia, e as *abluções*, como providencia de asseio. Pelo tempo adiante, com as frequentes contendas entre os capuchinhas e as jesuitas, renovou-se a questão que foi, de vez, resolvida pelo delegado apostolico, Cardeal de Tournon, por decreto de 23 de junho de 1704». *O Instituto*, de Coimbra, vol. 47, pg. 265.

um palacio e côrte, sendo as outras Agra, Mandu e Lahore. Ali encontrou no famoso templo de Madeva jogues e gymnosophistas. De Ahmedabad tornou a Cambaia, onde encontrou um Irmão da companhia de Jesus, mandado de Goa para Agra, com o qual se relacionou e de quem, na expectativa de seguir breve para Baçaim e Damão, obteve cartas recommendatorias ao padre Antonio Albertino, italiano, reitor do collegio dos jesuitas de Damão, e ao padre reitor do collegio de Baçaim.

Voltando, por fim, a Surrate, assistiu ao casamento d'uma armenia com um hollandez, e ao banquete que se seguiu, no qual tomaram parte todos os christãos europeus, homens e mulheres, residentes na cidade. E ficou prompto a embarcar para Damão n'um barco portuguez que estava no porto de Surrate, e de que era capitão um Sebastião Luis.

(*Continúa*)

J. A. Ismael Gracias.

Uma inscripção antiga

D'uma interessante communicação de mr. S. M. Edwardes, I. C. S., publicada no *Times of India*, de 9 de fevereiro, transcrevemos os seguintes trechos:

«Durante a minha recente estada em Junnar, tive conhecimento de existir á distancia de quasi 100 jardas do bungalow da *Church Missionary Society*, uma lapide antiga, do comprimento de $3^1/_2$ pés sobre $1^1/_2$ de largura, com uma inscripção soffrivelmente conservada em antigos caracteres marathas. Que me conste, essa lapide não é mencionada no *Gazetteer of Bombay*, volume XVIII. Informou-me o *patel* de Junnár que foi descoberta, ha pouco tempo, n'um campo adjacente, e tanto a sua forma como a apparencia geral deixam vêr, que não pertenceu a edificio algum, mas devia ter sido um marco, identico aos da epoca *Silahera*, que se encontram em Salsete e n'outras partes do Concão do norte.

A parte superior da lapide contém as figuras de *Lingam* e d'um boi deitado, bem e profundamente lavradas, rodeadas de letras que o tempo apagou totalmente. Por baixo, ha uma inscripção em cinco linhas, que trasladei para um papel bem molhado, do que se manufactura em Junnar para livros de contas. Com o auxilio do meu *sheristdar* e do secretario da *Private English High School* de Junnar, foi decifrada a inscripção pela seguinte forma:

«*Svasti Shri Sake* 955 ... (1) *Samvatsare Kartikante Amavasya Surya grahane Makarey ayanike. Goudeya sutene Harischandradeva Sadhu likhitta syota*».

(1) Aqui estão inteiramente apagadas duas syllabas [Nota de mr Edwardes].

Quer dizer:

«*No santo anno 955 da era de Shalivahan* (1), *houve um eclipse do sol no ultimo dia de Kartik, coincidindo com elle o Makara Sankranti n'aquelle anno. Este padrão foi posto por Harischandradeva Sadhu, filho de Goulea.*

Ora, conforme a astrologia hindú, o anno é dividido em *Uttarayana* e *Dakshinayana*, segundo o curso do sol para o norte e para o sul, começando aquelle com a entrada do sol na constellação *Makara* (2). O anno compõe se de 12 mezes: *Chaitra, Voisakha, Jeshtha, Ashadha, Shrovana, Bhadrapada, Ashvina, Kartika, Mrigashirsha, Pausha, Magha e Phalguna*, os quaes têm para base os cyclos lunares, cada um de 29½ dias, sendo, por isso, chamados *Chandramasa* (3). Dão todos um anno de 354 dias. Mas, ao mesmo tempo, o anno hindú é egual ao tempo que o sol gasta em percorrer os doze signos do Zodiaco, ou seja 365 dias (4). A fim de conciliar os dois computos, os antigos astronomos hindús accrescentaram primeiramente um mez extra depois de cada 32 mezes, a que deram o nome de *Adhikamasa*, — e, em segundo logar, subtrahiram um mez denominado *Kshayamasa* (5) o qual pode occorrer quando ha dois *Sancrantins*, ou passagens do sol d'uma constellação para outra n'um e mesmo mez. Dá-se isto, usual embora não invariavelmente, em cyclos depois de 141 annos e, novamente após 19 annos. Creio que os eclipses solares occorrem somente no ultimo dia da segunda quinzena do mez, ou seja no dia conhecido pelo nome de *Amavasya*.

O ter havido um eclipse no *Amavasya* não poderia ser, só de per si, motivo bastante para se pôr uma lapida com inscripção. O facto notavel que o antigo astronomo quiz memorar, foi o ter o eclipse no *Amavasya* coincidido no anno de 955 com a transição do sol no *Makara* no mez de *Kartik*: —

---

(1) Na chronologia hindú ha duas éras, cada uma de annos lunares de 354 dias, que se harmonisam com o anno solar por meio de intercalações. Essas éras são: — de *Vikramáditya*, denominada *Samvat*, que começou no anno 57 antes de Christo, — e a de *Shalivahan*, denominada *Shaka* ou *Sake*, que principiou no anno 78 depois de Christo, e é adoptada em toda a India meridional. (Nota do traductor).

(2) Capricornio. (Id.)

(3) O *Chaitra* corresponde á 2.ª quinzena de março e 1.ª de abril. E assim por diante os outros. (Id.)

(4) O anno lunar de 354 dias, e o anno solar de 365 dias. (Id.)

(5) Os mezes intercalares podem ser additivos ou subtractivos. O mez subtractivo é sempre qualquer d'estes tres, *Kartika, Margashirsha* e *Pausha*, mas nenhum outro. (Id.)

e que, visto o *Makar Sankranti*, em regra, não occorrer no *Kartik*, mas somente no *Pausha* (1), por este motivo o anno de 955 deve ter comprehendido tanto o *Adhikamasa* como o *Kshayamasa*. Foi este um facto importante para o publico d'aquelles tempos, pois pela addição de 19 a 955 e 141, elles immediatamente poderiam conhecer quando occorreria o subsequente anno de *Kshayamasa*. Pelo methodo corrente entre os hindús, parece que, embora o anno ordinario se componha dos mezes acima enumerados, o anno de 955 devia ter corrido assim: — *Chaitra, Vaisakha, Vaisakha, Jestha, Ashadha, Shravana, Bhadrapada, Ashvina, Kartika, Pausha, Magha, Phalguna, Phalguna*, ou com todos os 13 mezes, d'entre os quaes *Vaisaka* e *Phalguna* teriam sido *Adhikamasa* e *Mrigashirsha, Kshayamasa*.

Os eclipses solares não raro são mencionados nas antigas patentes e concessões hindús, como tendo servido de ensejo para os principes e outras pessoas darem provas da sua caridade. Mas, não sei de lapida alguma com inscripção, que simplesmente lembre um facto astronomico, como essa de Junnar. Evidentemente é um marco de calendario, se se pode chamar assim, collocado para o conhecimento do publico, n'um tempo (1033 da era christã) em que o calculo do calendario hindu e a noção dos movimentos dos corpos celestes estavam limitados a poucos astrologos profissionaes.»

(1) O *Makar Sankranti* é celebrado pelos hindús com uma festividade, que recahiu no corrente anno em 14 de janeiro (Nota do traductor).

Camaras agrarias e communidades agricolas

(Continuação do numero antecedente)

Contribuição das camaras agrarias de Salsete e Bardez

Por mais de um seculo e meio, as camaras agrarias de Salsete e Bardez foram contribuintes da fazenda publica, em cujos cofres tiveram de entrar com avultadas sommas de dinheiro, especialmente destinadas para pagamento da tropa que guarnecia aquellas duas provincias.

Nos antigos orçamentos da receita do Estado, appareciam duas addições ou verbas inscriptas sob titulo de: —

— Contribuição da camara de Salsete para pagamento do presidio de Rachol e sustento de cavallos; e

— Contribuição da camara de Bardez para pagamento de tres companhias de sypaes.

A contribuição da camara de Salsete teve principio durante o governo do vice-rei Conde de Alvor, em cuja presença e de alguns outros altos funccionarios do Estado, a camara agraria de Salsete accordou, por seu *nemo* de 30 de maio de 1685, em contribuir annualmente á fazenda publica a quantia de 10.600 xetafins para pagamento da tropa aquartelada em Salsete.

O citado *nemo* attesta que os principaes e ponderosos fundamentos que motivaram o estabelecimento da mesma contribuição, são os que vamos relatar.

Queixava-se a camara geral de Salsete das oppressões e vexames que praticavam o sargento-mór, cabos e officiaes da *ordenança* (1), e pedia encarecida e instantemente

(1) Ordenança era a tropa que com esta denominação fôra creada pela provisão de 25 de outubro de 1667, á custa das camaras agrarias com aquartelamentos em Salsete e Bardez.

ao vice-rei que livrasse de semelhantes soffrimentos os gancares e outros moradores das terras d'aquella provincia.

O mal não era de data recente e tinha de ser cortado de raiz. Em taes circumstancias, a extincção da ordenança era o meio mais proficuo; mas isto não deixava de ter seus inconvenientes, porque n'aquelle tempo havia ameaças da guerra do Sivagy, um dos inimigos do Estado. O vice-rei. porém, querendo sahir-se da conjunctura cogitou e achou como dever conciliar as cousas. Propoz por isso á camara o alvitre da creação de dois piquetes de cem cavallos cada um, com outros tantos soldados cavalleiros, para serem empregados na defesa das terras de Salsete, correndo por conta da mesma camara somente o sustento dos cavallos; e se ella concordasse no alvitre, seriam então extinctos os sargento-móres e mais officiaes da ordenança, e os moradores de Salsete isentos de exercicios e vigias a que eram obrigados.

A camara apoiando a proposta, pedio que fosse determinada uma quantia certa e inalteravel, por cada anno, para a despeza do sustento dos cavallos. E pelo governo do Estado, em deferimento d'aquelle pedido, foi fixada a importancia de 10.600 xerafins por anno, ou 42.400 xerafins por 4 annos, que tantos devia durar a contribuição.

Tal é a origem e o motivo do estabelecimento da contribuição de que estamos tratando, e a qual apezar de ter sido creada para durar somente por tempo de 4 annos, continuou por longos annos além dos primeiros 4.

*

* *

A cavallaria creada em consequencia da proposta do vice-rei Conde de Alvor, e do consentimento da camara agraria de Salsete, foi continuando a permanecer nas condições da sua creação, feita no seculo XVI até quasi ao meado do seculo immediato, sendo extincta em 1732. Mas não obstante a extincção, a camara não ficou isenta de contribuir a importancia annual a que se tinha comprometido em 1683. Ao contrario, porém. foi pelo governo do Estado determinado que o producto da contribuição fosse applicado para as despezas geraes a cargo da fazenda publica.

Vejamos agora uma outra phase que teve a mesma contribuição. Decorridos alguns annos, a camara agraria

passou a contribuir a quantia de 22.920 xerafins por anno, para o pagamento de nova tropa creada em 1742, advindo á mesma camara a obrigação de tal contribuição do seguinte facto ocorrido n'aquelle anno.

O general da provincia de Salsete attendendo a conveniencia da creação de uma companhia de 60 soldados para a guarnição das guardas da praça de Rachol e de 200 soldados ou sypaes para a vigia da fronteira d'aquella provincia, fez reunir a respectiva camara agraria e expoz á sua consideração a necessidade da mesma creação. A camara concordou na exposição feita pelo general, como consta de seus *nemos* de 16 e 25 de novembro de 1742, pelo primeiro dos quaes se comprometteu a pagar 60 soldados a 6 xerafins por mez a cada um, a começar de 1 de janeiro de 1743, e pelo segundo se obrigou a pagar 200 soldados ou sypaes a 8 xerafins por mez a cada um (1).

Ainda dez annos depois, a tropa que era paga pela camara soffreu novas transformações, e consequentemente novos accordos se fizeram perante a mesma camara, a qual por proposta do vice-rei Marquez de Tavora assentou, por seu *nemo* de 11 de agosto de 1753, confirmado por provisão de 14 de dezembro do mesmo anno, tomar sobre si o encargo de contribuir annualmente a quantia de 24.348 xerafins para pagamento de nova tropa, sendo 18.348 xerafins para uma companhia de 60 cavallos e 6 mil xerafins para os officiaes e soldados do presidio de Rachol, com extincção da força de sypaes, que então existia.

Andados tempos, a força militar que tinha seu aquartelamento em Salsete, soffreu varias reformas conjunctamente com a força acantonada em outras provincias; mas a contribuição de 24.348 xerafins, a que a camara de Salsete se obrigara e que começara a ser paga desde 1753, continuou até ao meado do seculo 19, sem alteração alguma.

Em 1851, o governador Barão de Villa Nova de Ourém, pela portarta de 20 de dezembro, extinguiu alguns impostos que pezavam sobre as camaras agrarias por não haver razão para continuarem a subsistir. Entre os impostos abolidos foi comprehendida a contribuição da ca-

(1) Ambos estes *nemos* foram confirmados por provisão do governador D. Luis Caetano de Almeida, de 11 de dezembro de 1742.

mara de Salsete de que estamos occupando, e que céssou desde 1 de janeiro de 1852.

*

* *

Temos até aqui tratado da contribuição da camara de Salsete. Passemos agora a examinar o que respeita a camara agraria de Bardez, que tambem contribuia á fazenda publica uma determinada quantia, com applicação especial para pagamento de tres companhias de sypaes aquarteladas n'aquella provincia de Bardez.

Antes de mais convem advertir que é dessa applicação que proveio a denominação da contribuição da camara agraria de Bardez para pagamento de tres companhias de sypaes.

Creada pelo vice-rei Conde de Alvor, em occasião e por necessidade de acudir a defesa de Bardez, esta contribuição tem a sua historia, tanto na sua origem, como ao tempo de sua duração, quasi identica á da camara agraria de Salsete, que fica atraz exposta e por isso achamos escusado repetil-a aqui.

A importancia da contribuição era de 21.960 xerafins e começou a ser paga á fazenda publica desde o meado do seculo XVI, em que teve principio.

A tropa que guarnecia as terras da provincia de Bardez soffreu varias reformas até ser extincta em 1776, o que não obstante, não se fez cessar a contribuição, cuja continuação foi ordenada pelo governador e capitão general D. José Pedro da Camara em provisão de 24 de dezembro de 1776.

Subsistiu esta contribuição e foi desde então continuando a ser paga até ao meiado do seculo XIX, pois foi extincta em 1851, em virtude da portaria do governo em conselho n.º 524, de 20 de dezembro deste anno.

Ficou assim cessada desde 1 de janeiro de 1852.

(*Continúa*)

J. M. do Carmo Nazareth.

COLLEGIO OU HOSPICIO DO MONTE DE GUIRIM

No alto do pittoresco monte da aldeia de Guirim, ponto central do concelho de Bardez e circumdado das mais esplendidas paizagens, construiram os religiosos franciscanos, a cujo cargo estavam as egrejas d'essa antiga *provincia*, uma pequena ermida e junto d'ella uma vivenda de limitadas dimensões.

Diz a tradição que o intento de chamar para o christianismo um grupo de feiticeiros e bruxas, que habitavam a collina, é que deu ensejo aos missionarios para levantar esse monumento de piedade christã. Não é improvavel, attento o estado social da época.

Mas, parece mais natural que os franciscanos captivados da formosura, solidão e silencio do logar, o tivessem escolhido para fundarem ahi uma casa religiosa, em proveito seu e do publico, como fizeram em varios outros pontos do paiz, e, nomeadamente no Cabo e no Pilar (Goa-Velha).

No frontispicio da ermida lia-se gravada em pedra preta, embutida na parede, a inscripção seguinte:

Collegio Real
De S. Jeronimo
Ft.° No anno 1596.

Vê-se d'aqui a antiguidade do instituto.

Esta pedra encontra-se ao presente solta na sacristia, onde foi cuidadosamente guardada, quando em 1868 foi demolido o frontispicio para ser ampliado o referido templo.

Mas que especie de collegio teria sido o de Guirim? Eis um ponto de interrogação na historia do paiz, que vamos esclarecer com o auxilio de um documento official, recentemente descoberto no archivo da Fazenda Publica, e que nos foi benevolamente communicado pelo senhor J. M. do Carmo Nazareth.

É possivel que os frades tivessem designado com o nome de *collegio* o edificio do monte de Guirim, porque desejassem a principio destinal-o para a sua residencia de recreio, como em outras partes o haviam feito, ou para casa de estudo, acrescentando-lhe mais tarde os compartimentos necessarios, que até então não tinha, para acolher o pessoal de um estabelecimento de instrucção.

Mas, nem uma outra cousa fizeram; pelo contrario conservando, como estava, o edificio e o letreiro da fachada, instituiram logo n'esse *collegio* a casa de cathecumenos sob uma nova denominação, a de *hospicio*, e assim foi conhecido officialmente n'essa época.

O erario publico contribuia para este chamado hospicio de Guirim com um subsidio annual, que era recebido pelo convento de S. Francisco da velha cidade de Goa; e por isso o cadastro das despezas da Fazenda dos annos 1598 e seguintes, no capitulo ecclesiastico, consignava a competente verba pela forma seguinte:

Ao convento de S. Francisco d'esta cidade para assistir com a congrua annual ao Pai dos christãos da provincia de Bardez, assistente no hospicio do monte de Guirim 666 xerafins, 3 tangas e 20 réis.

Pai dos christãos, como é sabido, era o ecclesiastico que vigiava o ensino doutrinal dos cathecumenos e tinha a seu cargo a regencia e administração do respectivo instituto.

E' claro, pois, que o collegio do monte de Guirim não foi casa de estudo nem de recreio, como a muitos se tem afigurado, mas sim de cathecumenos, fundada e administrada pelos franciscanos; assim como a casa de cathecumenos de Betim, desde a sua instituição, que teve principio na velha cidade de Goa, era governada pelos jesuitas; com a differença de que esta recebia da fazenda publica um subsidio annual na importancia de 1.333 xerafins, 1 tanga e 40 reis, o dobro da verba concedida áquella, provavelmente porque a de Betim dava acolhimento a maior numero de cathecumenos do que a de Guirim.

A consignação que se pagava a ambos estes institutos fôra taxada em globo pelo vice-rei conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, por alvará seu de 20 de fevereiro de 1598 na quantia annual de 2 mil xerafins, em virtude da carta régia de 1 de março de 1597 e alvará de 25 de janeiro de 1571, que mandava dar vestidos aos cathecume-

nos de Goa á custa da Fazenda para o dia solemne do baptismo.

Com a extincção das ordens religiosas, o edificio do mente passou para o dominio e posse da communidade agricola de Guirim.

Assim estavam as cousas, quando, em 1868, o benemerito sacerdote Fransisco Luiz Gonzaga de Athayde, natural da freguezia do Salvador do Mundo, tendo construido a suas expensas e com o producto de importantes subscripções, uma casa vasta e contigua ao antigo edificio, abriu ahi um collegio de estudos secundarios, que manteve por alguns annos, dando numerosos e aproveitados alumnos.

Pe. Gabriel de Saldanha.

GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA

(Continuação do numero antecedente)

N.º 13

Armas

S.ª de João de
Mello Daza
Vedo. Fidalgo
Da caza de Su
A Mg.ᵉ. Falece
O aos 3 de se
Vro de 666 anos (1666)
P. hua Ave Maria

Campa solta medindo 1,80×0,70. Não sei onde esteve antes de vir para o Museu.

N.º 14

(Braço com espada alçada cercada de estrellas)

Hic jacent pau
Perum illa car
Melitarum cor
Pora orationi
Bus et poeniten
Tüs diu macera
Ta quorum spiri
Tus tandem me
Ritis onusti coe
Lum feleciter
Petierunt

Campa solta medindo 1,80×0,80. Esteve na egreja do extincto convento do Carmo.

N.º 15

S.ª de Ant
Onio Glz d
Aveza sin
Dico q foi
Deste conve
Nto e de sua m
Olher M.ª de Ar
Aujo. P. hu P.ª
..... (a)

Campa solta e fragmentada na extremidade. Pertenceu á egreja do convento de Daugim.

N.º 16

..... a. (b)
E de sua mo
Lher donna
Francisca
De Mesquita
E seus erdei
Ros. Anno
1697

Fragmento de uma campa solta, medindo 0,90 de larg. e 0,90 de cump. na parte existente. Não sei a que egreja pertenceu.

(a) Nesta linha, a pedra está partida ficando por isso a inscripção incompleta.

(b) A parte superior desta lapide desappareceu e a inscripção legivel começa n'esta linha.

N.º 17

Daqui
Forão tras
Lad.os os ossos
Do Vn.el Frey
Andre 4.º Bp.e
De Cochim q fale
Ceo a 10 de nov.bro
De 1618.

Campa solta, medindo 1,10><0,70. Esteve n'uma capella do claustro do convento da Madre de Deus de Daugim. (*c*)

(*c*) O Bispo de Cochim D. Fr. Audré de Santa Maria falleceudo em Goa a 10 de novembro de 1618, foi sepultado n'uma capella do claustro do couvento da Madre de Deus de Daugim, tendo sido depois, a 10 de novembro de 1625, trasladado para a capella-mór da egreja do mesmo convento, onde lhe poseram o seguinte epitaphio:

Hinc resurget o Vel. Fr.
Andre de St.ª M.ª 4.º Bp.º
De Coehi e 7.º desta St.ª Prov
Incia da Madre de Deus.
Foi para aqui tresladado
A 10 de novbr.º de 1725.

Não sei onde foi parar esta campa depois da profanação e demolição da egreja e couvento de Daugim. Os restos mortaes deste Bispo, porem, foram mudados, em 5 de outubro de 1864, para a capella-mór da Se cathedral de Goa, juntamente com os do 1.º Arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão, cobrindo-os uma lousa, que por baixo de um escudo com o chapeu de prelado e um esqueleto tem o seguinte letreiro:

Neste mausoleo
Estão os ossos de
D Gaspar de Leão 1.º Arcebis
Po de Goa, e de D. Fr. Audré
De S. Maria Bispo de Cochim.
Para aqui solemnemente tras
Ladados do couvento da
Madre de Deus em 5 de
Outubro de 1865.
Requiescant in pace

(Continua)

J. M. do Carmo Nazareth.

O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DE ARCHEOLOGIA

Fundada em 1904

Esta Revista é orgão da *Commissão permanente de archeologia da India Portugueza*. Publica-se em numeros de 24 paginas ou mais. Doze numeros formarão um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero avulso.....	0:05:06
Preco de cada numero por assignatura.	0:04:06

ASSIGNATURAS

Envia-se cada numero pelo correio aos assignantes acrescendo a importancia dos sêllos.

AVISO

Solicita-se de todos os nossos assignantes e leitores d'esta revista, a fineza de nos proporcionarem a leitura, analyse, e reproducção de quaesquer obras litterarias, manuscriptos, etc., plantas, quadros, aguarellas, photographias, desenhos, etc., de valor archeologico, sua propriedade ou que possam obter por emprestimo, os quaes serão cuidadosamente respeitados e restituidos. Aos referidos assignantes e leitores, que se dignarem satisfazer a este appello, serão manifestados os merecidos agradecimentos nos numeros d'esta revista.

De todas as publicações litterarias e scientificas, de que a commissão de redacção receber um exemplar, far-se-ha menção na Revista.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação n'esta Revista, serão dirigidos a qualquer vogal da commissão de redacção, ou ao secretario da commissão permanente de archeologia, José Maria do Carmo Nazareth — Nova Goa; — sobre assumptos de administração, dirigir-se-ha a correspondencia á *Imprensa Nacional*.